

Primeiro boletim eletrônico do MPMG em atividade, com matérias de interesse institucional coletadas em fontes oficiais de informação.

Volume: 10

Número: 393

24/02/2026

Fonte: Diário Oficial Eletrônico do MPMG de 20.02.2026

ATO PGJ, DE 2026 (2ª Publicação)

Edital para exercício de função eleitoral – mandato complementar – 332.ª zona eleitoral de Belo Horizonte – período de 1.º/março/2026 a 31/outubro/2027.

Os Promotores de Justiça titulares da Comarca de Belo Horizonte interessados em exercer as funções afetas ao Ministério Público Eleitoral na circunscrição e no período acima especificados, deverão manifestar-se por meio de mensagem eletrônica dirigida ao endereço cgab@mpmg.mp.br. A mensagem deverá ser identificada, no campo destinado ao assunto, com os dizeres “Inscrição para mandato complementar – Belo Horizonte– 332”. Será considerada válida toda manifestação de interesse recebida até as 18 horas do dia 25 de fevereiro de 2026. Mais informações podem ser obtidas na Coordenadoria de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, pelo telefone (31) 3330-8003.

PAULO DE TARSO MORAIS FILHO
Procurador-Geral de Justiça

Fonte: Diário Oficial Eletrônico do MPMG de 24.02.2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CE, DE 2026 (2ª Publicação)

Eleição para a coordenação da Procuradoria de Justiça Cível do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, exercício de 2026.

A **COMISSÃO ELEITORAL**, no exercício de suas atribuições, faz saber que estarão abertas as inscrições para a eleição do Coordenador e Subcoordenador da Procuradoria de Justiça Cível do Ministério Público, para o exercício de 2026. Havendo a inscrição de mais de uma chapa, o pleito realizar-se-á no dia 02 de março

de 2026, no período compreendido entre 8 (oito) às 18 (dezoito) horas, através de sistema informatizado disponibilizado pela Procuradoria-Geral de Justiça, com a utilização da rede mundial de computadores. Os interessados deverão inscrever-se no prazo de 3 (três) dias, contado do primeiro dia útil subsequente à 1ª publicação deste edital, enviando e-mail à Superintendência Judiciária (suj@mpmg.mp.br).

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2026.

ALMIR ALVES MOREIRA

Presidente da Comissão Eleitoral

SAULO DE TARSO PAIXÃO MACIEL

Membro Efetivo

DEISE POUBEL LOPES

Membro Efetivo

*Republicada face alteração

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

[AVISO PROCON ESTADUAL Nº 1, DE 2026](#)

Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras - Diretrizes Institucionais para a Atuação dos Órgãos de Defesa do Consumidor

[EDITAL DE REMOÇÃO PGJAA Nº 3, DE 2026](#)

“Abre inscrição para os servidores interessados em remoção nas Comarcas de Baependi, Belo Horizonte e Candeias.”

[PORTARIA CONJUNTA PGJ PGJAA Nº 1, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Dispõe sobre o funcionamento das unidades do Ministério Público de Minas Gerais, na comarca de Belo Horizonte, nos dias 11, 12 e 13 de fevereiro de 2026, em razão das festividades de Carnaval.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

[ATO CGJ, DE 2026](#)

“Publica os fatores de atualização monetária, aplicáveis aos feitos em curso no Estado de Minas Gerais, a partir de 19 de fevereiro de 2026 até a publicação do novo índice do INPC.”

[PORTARIA TJMG Nº 7.520, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026 \(Republicação\)](#)

Altera a Portaria da Presidência nº 7.203, de 28 de abril de 2025, que "Dispõe sobre a atuação do Núcleo de Justiça 4.0 - Juizado Especial na Primeira Instância do Estado de Minas Gerais".

[PORTARIA TJMG Nº 7.521, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026 \(Republicação\)](#)

Altera a Portaria da Presidência nº 7.129, de 25 de março de 2025, que "Dispõe sobre a expansão da atuação do Núcleo de Justiça 4.0 - Cível na Justiça Comum de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais".

[PORTARIA CONJUNTA TJMG CGJ Nº 1.773, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.655, de 11 de abril de 2025, que "Institui o 'Núcleo de Justiça 4.0 - Juizado Especial' como instrumento de apoio à prestação jurisdicional das unidades judiciárias dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais".

[RESOLUÇÃO SEE Nº 5.243, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Dispõe sobre as diretrizes curriculares e pedagógicas da Educação Básica nas Escolas Estaduais de Minas Gerais e dá outras providências.

[RESOLUÇÃO SES/MG Nº 10.919, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Dispõe sobre a Política Estadual de Vigilância Laboratorial e atualiza a organização e o funcionamento da Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública de Minas Gerais.

[RESOLUÇÃO SES/MG Nº 10.923, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Institui o Projeto de Saúde Estadual de Investimento em Saúde do Rio Doce, no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

[RESOLUÇÃO SES/MG Nº 10.924, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Aprova a atualização das regras da estratégia de saúde de Ampliação à Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos do Sistema Único de Saúde em Minas Gerais.

[RESOLUÇÃO SES/MG Nº 10.926, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Aprova as diretrizes do projeto de saúde para enfrentamento da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) para o exercício de 2026, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[DECRETO Nº 12.845, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Altera o Decreto nº 7.393, de 15 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

[RECOMENDAÇÃO CNMP Nº 121, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Revoga a Recomendação nº 54, de 28 de março de 2017.

[RESOLUÇÃO CNMP Nº 322, 10 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Revoga a Resolução nº 197, de 26 de março de 2019.

[RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

[RESOLUÇÃO CNS Nº 800, DE 29 DE JANEIRO DE 2026](#)

Dispõe sobre a alteração do período de realização das Etapas Municipal e Nacional da 18ª Conferência Nacional de Saúde, estabelece o cronograma das Conferências Livres Nacionais e dá outras providências.

IMPORTANTE: Os textos dos atos normativos e da legislação disponíveis têm caráter meramente informativo, não dispensando a consulta aos Diários Oficiais para a comprovação da existência de direitos nos termos da legislação vigente.